

CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA
ATA DA 93ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

1 Aos vinte e um dias do mês de maio de dois mil e vinte, na sala de reuniões da Prefeitura, com
2 início às quinze horas em primeira convocação, e às quinze horas e trinta minutos em segunda
3 convocação, realizou-se a 93ª reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente, sob a
4 presidência de Angela Maria Macuco do Prado Brunelli a presença dos membros do Conselho
5 Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA, cujas assinaturas constam da lista de presença
6 anexa, com justificativa de ausência de João Gandra. A presidente em exercício agradeceu a
7 presença de todos e informou que a reunião é conjunta com a 83ª reunião do CMSA, Conselho
8 Municipal de Saneamento Ambiental, e convidou Telma Magro para secretariar. A ata da
9 reunião anterior foi enviada por e-mail, mas não foi colocada para a aprovação. Em seguida
10 Angela informou que por motivo da quarentena imposta pela pandemia do corona vírus, as
11 reuniões dos meses de março e abril não foram realizadas, e a seguir informou a pauta da
12 reunião, com os seguintes assuntos: utilização dos recursos do FUNDEMA, EIV do Edifício
13 Moacyr Caldeira Filho (Pittelli & Pittelli Engenharia Ltda – ME), EIV do Supermercado
14 Savegnago, exigências técnicas para elaboração de EIV, e outros assuntos. Telma informou
15 que a nova nomeação do COMDEMA foi feita através do decreto nº 14.066/2020, e que hoje
16 estavam presentes dois novos membros, Leandro Torelli pelo SAAEB, e Valentim Scalon pela
17 Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Angela iniciou a reunião e passou a discutir o uso
18 dos recursos do FUNDEMA, Fundo Municipal do meio Ambiente, e informou que foi
19 comprada uma motosserra e ferramentas para o Parque Ecológico, no valor total de R\$
20 1.335,01; também informou que a empresa Dreyfus depositou R\$ 11.400,00 na conta do fundo
21 para auxiliar no custo hora máquina para operação da draga, para serviço de desassoreamento
22 do Córrego Mandembo, a montante da ponte na rodovia SP 322; acrescentou que o
23 desassoreamento a jusante da ponte terá financiamento direto do DER, Departamento de
24 Estradas de Rodagem; também foi informado que será feito a recuperação do alambrado do
25 Parque Ecológico, primeiramente na parte frontal, e a compra e instalação de câmaras de
26 vigilância, quando será apresentado orçamento a esse conselho para aprovação. Angela pediu
27 inversão da pauta para discutir dentre outros assuntos, a elaboração do relatório de
28 cumprimento de metas do Plano de Saneamento, atribuição essa do Conselho de Saneamento;
29 informou que deverão ser relatados os investimentos do SAAEB em água e esgoto, e da
30 Prefeitura em lixo e drenagem; Angela disse que em contato com Marcelo Negro, foi
31 informado que o SAAEB tem um PMI, Plano de Metas e Investimento, mas não foram
32 esclarecidas quais as ações que estão sendo implementadas, o que sugere seja feito um ofício
33 solicitando informações sobre esses PMI, dados esses que também serão utilizados no PMVA,
34 Programa Município Verde Azul, o que foi aprovado; Leandro Torelli informou que está sendo
35 licitado o TR, Termo de Referência, para abertura de 11 poços profundos, e outro TR para o
36 estudo de interferência do Aquífero Guarani, sendo que esse será pago com recurso a fundo
37 perdido do Fehidro, Fundo Estadual de Recursos Hídricos; Angela reforçou que para a abertura
38 de 11 poços, é necessário seja feito o estudo de balanço hídrico, para verificar a viabilidade
39 técnica, e também que o uso da água subterrânea no abastecimento público, em nossa cidade,
40 deve ser estratégico, ou seja, utilizado quando os mananciais superficiais não forem
41 suficientes; Angela considerou que o não é garantido o uso dos aquíferos Bauru e Serra Geral,
42 pois em período de estiagem eles podem não recarregam, além do fato que já foi constatado
43 contaminação no Bauru, o que por si só oferece risco no investimento de abertura destes 11
44 poços; considerou também que a validação do relatório de saneamento fundamenta os futuros
45 investimentos em saneamento, assim como auxilia em qualquer futura representação junto ao
46 Ministério Público, além de fundamentar a revisão do Plano de Saneamento. Angela informou
47 que em drenagem, o município está pleiteando recursos da Defesa Civil, para obras
48 emergenciais em áreas de risco sujeitas a inundação ou onde houve queda de ponte, como a
49 execução de galerias na travessia da Av. Raul Furquim com a rodovia SP 322, e da galeria na
50 variante Lourenço Santin e Rua Eurico Medeiros; Leandro informou que o SAAEB irá pleitear
51 recurso junto ao comitê de bacia para substituição de trecho do interceptor de esgoto, que

52 seguem pelas avenidas Hércules Pereira Hortal e Sérgio Stamato, entre o Sambódromo e o
53 Museu, devido ao subdimensionamento desta rede, mas a necessidade desta obra deverá estar
54 relacionada no Plano de Saneamento. Angela informou que quanto ao resíduo, está aberta uma
55 licitação para compra de um triturador de entulho, que será um equipamento seminovo, que
56 processa de 11 a 25 m³ por hora, e comprado um triturador de resíduo da poda, para galhos de
57 até 23 cm, que será pago com recurso do Pré-sal; e informou que o material triturado do
58 entulho poderá ser utilizado na recuperação de estradas e o da poda na compostagem. Foi
59 informado que o EIV do Edifício do Moacyr Caldeira como não foi enviado por e-mail com
60 antecedência, deverá ser analisado na próxima reunião; outros EIVs deverão estar sendo
61 protocolados para análise, a saber da Cargill, esse com correções, do novo cemitério da
62 Delphos Empreendimentos, edifício no Jardim Três Marias da Pierini Empreendimentos,
63 edifício na Av. Osvaldo Perrone da Construtora CTS, e o EIV da Unifafibe, apesar de ainda
64 não ter apresentado as correções, quando será agendada uma reunião com o representante da
65 escola, que não ocorreu antes por conta da quarentena do corona vírus. A seguir com a
66 presença de Marcelo Negro e Antônio Procópio, foram apresentadas maiores esclarecimentos
67 sobre os investimentos do SAAEB, e Marcelo informou que está destinado pelo Fehidro um
68 valor de 750 mil reais para o estudo de interferência do Aquífero Guarani, e o projeto para
69 solicitar autorização para abertura dos 11 poços profundos, baseado em estudo geológico, 3
70 poços no aquífero Bauru, e os demais em aquífero misto, podendo captar até do aquífero
71 Adamantina; informou também que será feito o licenciamento e desassoreamento das lagoas
72 do córrego do Rogério, na bacia do Retiro, contribuindo com a Captação de Água 2, CAP 2 de
73 forma estratégica, apesar de não se localizarem em área pública, sendo portanto um
74 investimento privado; informou que essa contribuição deverá ser tratada tanto na estação de
75 tratamento 2, ETA 2, como na ETA 1, que tem maior capacidade em volume de tratamento;
76 Angela observou que o setor norte da cidade foi onde ocorreram uma maior quantidade de
77 desdobros, levando ao subdimensionamento da rede e da capacidade de abastecimento,
78 Marcelo informou que foram feitas várias investigações e reparos na rede para controle de
79 perdas, com o recurso de geofonia, e um projeto de manutenção da ETE, estação de tratamento
80 de esgoto do Mandembo; Tadeu solicitou ao Marcelo a apresentação das análises dos efluentes
81 das ETEs, para cumprimentos das ações do PMVA; essa solicitação, a apresentação do projeto
82 da ETE do Mandembo, dentre as citadas anteriormente, serão feitas por ofício. A seguir passou
83 a ser discutido o EIV do Supermercado Savegnago, e Angela e Nair Quadros se colocaram à
84 disposição para os esclarecimentos necessários, abstendo-se de votar; Telma apresentou alguns
85 apontamentos: na pág. 7 a planta impressa não está legível, e foi informado que será anexada
86 planta em escala legível; no item 3.3.1 foi indicado o número de vagas para idosos e
87 deficientes para o número mínimo de vagas proporcional a área edificada, e não sobre o total
88 de vagas do estacionamento, o que foi considerado assunto omissos no Plano de Mobilidade e
89 Acessibilidade, devendo portanto ser discutido na CTLU, Câmara Técnica de Legislação
90 Urbanística; no item 3.3.2 foi informado que faz uso do gás Fréon 22, mas não esclarece se
91 haverá um aumento do volume nos equipamentos, devendo portanto serem feitos maiores
92 esclarecimentos; no item 4.1 deve ser renomeado de “Taxa de Ocupação” para “Índices
93 Urbanísticos”, e também ser citada a área total do terreno; Camila questionou no item 5 quais
94 os critérios de para a definição da área de influência, uma vez que foram indicados raios de
95 120 m e de 500 m, o que foi explicado que foi usado aleatoriamente conforme critério da
96 Cetesb; no item 5.2 Camila questionou o número de clientes adotados conforme informação do
97 cliente, e considerou que isso pode caracterizar condução da análise, devendo portanto ser
98 embasado em dados, e Angela esclareceu que alguns dados devem ser fornecidos pelo cliente,
99 e não obtidos pelo serviço de elaboração do EIV, uma vez que poderia encarecer o serviço
100 contratado, sendo portanto de responsabilidade do cliente, como já ocorre nos licenciamentos
101 feitos junto à Cetesb; nos itens 5.3 e 5.3.1 Camila sugeriu que a dissertação sobre a
102 metodologia do EIV são dispensáveis, sendo essencial o fornecimento de dados de forma
103 objetiva, e todo parecer emitido deve ser dimensionado em uma escala; no item 5.4.3 foram
104 usadas siglas como PMIP, ETRD, sem colocar por extenso; o item 5.6 Telma observou que
105 não foi feita a classificação da área, que provavelmente deve ser ‘diversificada’, e nem faz

106 referência aos níveis sonoros máximo e mínimo de 50 a 60 dB, e considerou que na Rua
107 Antônio Gamboni, no período noturno, o nível sonoro deve ser de 50 dB, considerando que é o
108 local do imóvel onde estão instalados motores e equipamentos que emitem ruído
109 permanentemente e há o uso residencial, e na AV. Pedro Paschoal, não ficou claro se foi
110 classificada como ‘predominantemente industrial’ ou ‘estritamente industrial’, onde o nível
111 sonoro pode atingir 70 dB, e também observou que a tabela 7 deve indicar o nível sonoro nos
112 períodos diurno e noturno, conforme prevê a NBR 10.151, o que será acrescentado, inclusive
113 serão realizadas as medições sonoras nos dois períodos; no item 5.7.4 a classificação das vias e
114 velocidades não estão de acordo com o PDM, Plano Diretor Municipal, em especial a categoria
115 da Av. Quito Stamato está como arterial secundária, mas conforme PD18, mapa do sistema
116 viário, ela é arterial primária, devendo as velocidades das vias arterial serem corrigidas para
117 50-60 km/h, e vias locais para 25-30 km/h, o que Angela considerou que apesar da Av. Quito
118 Stamato estar como arterial primária, ela de fato tem categoria de secundária, mas justificou
119 que a leitura do mapa PD18 está prejudicada na indicação das cores, e Telma observou que
120 para a categoria dessa via ser alterada para arterial secundária será necessária uma reunião de
121 CTLU; no item 5.7.4 a classificação das vias e o cálculo da VFL, Velocidade de Fluxo Livre,
122 para a Av. Pedro Paschoal devem ser revistos, considerando os valores adotados para
123 ajustamento da largura de faixas, ou ffa; no item 5.7.5 solicitou esclarecimento sobre o que é
124 Vcp, o que foi informado que é a velocidade de capacidade da via, e também solicitou seja
125 feito uma explicação mais detalhada, associando os dados obtidos como a conclusão sobre a
126 capacidade das vias ou nível de serviço; o item 5.9 ao se referir aos índices de sombreamento/
127 iluminação na região, não cita a altura da edificação, ou quantos níveis possui; no quadro 05 do
128 item 6, as informações das ‘medidas preventivas’ e de ‘impacto ambiental’ não fazem
129 referência à vibração e som, e sim a emissão de gases, devendo portanto serem corrigidos; o
130 item 6.2 sobre ‘impactos negativos’ não cita a geração de ruídos; o quadro 11 do item 8 não
131 cita as medidas de mitigação de ruído; Angela disse que irá acrescentar no item 5.6 que trata de
132 ‘ruídos e vibrações’, quais as medidas já adotadas para mitigação, realizadas anterior ao EIV.
133 A seguir foi informado que não houve neste período reuniões do Comitê da Bacia Hidrográfica
134 do Pardo Grande, CBH-BPG, e nem da Câmara Técnica de Planejamento. Angela perguntou se
135 alguém gostaria de fazer uso da palavra, e não havendo mais nada a tratar, deu a reunião por
136 encerrada, agradecendo a presença de todos. Eu, Telma Alves Magro, lavrei a presente ata, que
137 será por mim assinada e pela presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente, no dia
138 vinte e um do mês de maio do ano de dois mil e vinte.

Angela Maria Macuco do Prado Brunelli
Presidente em Exercício do COMDEMA

Telma Alves Magro
Secretária